

DO CONSELHO DE CLASSE INSTITUCIONALIZADO AO CONSELHO DE CLASSE INSTITUÍDO: dinâmica da experiência no IFRN Caicó

FROM THE INSTITUTIONALIZED CLASS COUNCIL TO THE INSTITUTED CLASS COUNCIL: dynamics of the experience at IFRN Caicó

Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares¹ - IFRN
Fábio Alexandre Araújo dos Santos² - IFRN
Bernardino Galdino de Sena Neto³ - UNP

RESUMO

Este artigo objetiva compreender como o Conselho de Classe enquanto órgão colegiado se constitui nos documentos oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, averiguando a prática realizada no campus Caicó. O estudo realça aproximações e distanciamentos entre o prescrito nos documentos institucionais, a materialidade das ações e a literatura crítica sobre a temática conselho de classe. O marco metodológico utilizado foi abordagem qualitativa e estudo de caso em educação profissional. Os instrumentos de pesquisa foram revisão bibliográfica e pesquisa documental nos regimentos do IFRN, além de observação de campo com consulta a sujeitos que compõem o colegiado do curso de Informática do referido campus. Os resultados apontam para a práxis de um conselho de classe dinâmico e esclarecido no IFRN.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de classe; Participação; Formação política e pedagógica; Desenvolvimento humano.

ABSTRACT

This article aims to understand how the Class Council as a collegiate body is constituted in the official documents of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte - IFRN, investigating the practice carried out on the Caicó campus. The study highlights approximations and distances between what is prescribed in institutional documents, the materiality of the actions and the critical literature on the thematic class council. The methodological framework used was a qualitative approach and a case study in professional education. The research instruments were bibliographic review and documentary research in the IFRN regulations, in addition to field observation with subjects that make up the collegiate of the IT course of that campus. The results point to the praxis of a dynamic and enlightened class council at IFRN.

KEYWORDS: Class council; Participation; Political and pedagogical training; Human development.

DOI: 10.21920/recei72020616203215
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72020616203215>

¹Doutorado em Ciências da Educação pela UFRN. Docente do Programa de Pós-Graduação Acadêmica do IFRN - PPGEP e do Mestrado Profissional em Ensino de Física - MNPEF. E-mail: andreza.tavares@ifrn.edu.br / ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6857-7947>.

²Doutor em Educação pela UFRN. Professor de arte efetivo do IFRN. Professor do Programa de Mestrado em Educação Profissional - ProfEPT - IFRN. E-mail: alexandre.araujo@ifrn.edu.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5902-8698>.

³Doutorando em Educação Profissional/IFRN. Mestre em Educação Profissional IFRN. E-mail: nettosena@hotmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5922-5093>.

INTRODUÇÃO

Ao se pensar em conselhos de classe no Brasil se faz necessário buscar as bases conceituais e práticas pelas quais a ideia de um colegiado foi construída no país. Inicialmente com o objetivo de orientar os alunos no ensino clássico ou técnico, segundo a vocação dos mesmos, o conselho de classe, segundo Rocha (1982), teve origem na França em 1945, nascendo pela necessidade de um trabalho interdisciplinar com classes experimentais, chegando ao Brasil na década de 1960 com a instituição do PREMEN.

Anteriormente à lei n. 5.692/71, não se instituiu formalmente na escola o conselho de classe, nem a implantação do mesmo se deu por meio da referida lei, mas “por intermédio de orientações vindas do modelo de escola proposto pelo Premen, que apresentava o Conselho de Classe como órgão constituinte da escola” (DALBEN, 2004, p. 26).

Ainda, segundo (DALBEN, 2004), a ideia de “organismo vivo” mediado por uma comunidade ansiosa por soluções aos problemas da escola traz a esta o dinamismo de uma nova organização escolar que se opõe à centralização de poder das decisões. “Essa nova concepção de escola sugere uma organização que valoriza o trabalho coletivo, a discussão, a busca e a criação de novos métodos” (DALBEN, 2004, p. 23).

É nesse contexto que as primeiras experiências colegiadas com foco no conselho de classe se faz presente no Brasil, e traz novas perspectivas para a participação da comunidade escolar nas decisões de interesse coletivo, tendo ainda por base a participação como uma necessidade humana, que conforme aponta (LÜCK, 2013) se faz presente em todas as sociedades humanas pela busca de associação entre os semelhantes em busca de objetivos em comum.

Nesse sentido, conceituam o termo participação tendo por base o princípio da autonomia a partir da compreensão dos grupos humanos para buscar livremente a autodeterminação nas diversas situações políticas e sociais cotidianas, colocando-se como corresponsáveis pela gestão da “coisa pública” (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012).

Na condição de “permitir a expansão da cidadania e a inclusão daqueles que, de outra forma, seriam excluídos dos assuntos da comunidade ou sociedade como um todo” (SANTOS, 2002, p. 156) há um entendimento do valor emancipatório que a ação participativa impulsiona para a tomada de decisão colegiada, impactando diretamente as relações sociais e políticas em todos os espaços que demandem agrupamento de pessoas em torno de um propósito em comum, e nesse cenário a escola desponta como locus privilegiado de discussão e ação pela natureza dialógica e educativa dessa instituição de ensino.

Este artigo objetiva compreender como o Conselho de Classe enquanto órgão colegiado se constitui nos documentos oficiais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, averiguando a prática realizada no campus Caicó. O estudo realça aproximações e distanciamentos entre o prescrito nos documentos institucionais, a materialidade efetiva das ações e a literatura crítica sobre a temática conselho de classe. Tendo como base os conselhos de classe no referido campus, a pesquisa se ateve aos conselhos de classe do curso integrado de nível médio em Informática por ser este curso o primeiro do campus a implantar reuniões regulares, agrupando, portanto, os segmentos escolares para participar e discutir das questões de ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano, objetivo central desse tipo de colegiado.

Cabe informar que esta pesquisa é parte de uma pesquisa de Mestrado Acadêmico em Educação realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional - PPGEP/IFRN, a qual gerou a dissertação intitulada de: Educação Profissional e Conselho de

Classe: a experiência no Curso de Informática do IFRN/Caicó. Para a escrita deste artigo elegemos a síntese das ideias desenvolvidas no capítulo três da dissertação que além de realçar a questão central e o objetivo geral que norteou a pesquisa empírica realça também os sujeitos entrevistados.

O marco metodológico utilizado foi abordagem qualitativa e estudo de caso em educação profissional. Os instrumentos de pesquisa foram revisão bibliográfica em autores como (ROCHA, 1982); (DALBEN, 2004); (RICHTER, 2008); (SANTOS, 2002); (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012); (PINTO, BARRETO e SANTIAGO, 2013); (LÜCK, 2013), além de pesquisa documental tendo por base documentos institucionais do IFRN como o Estatuto (2009); Regimento Geral (2010); Regimento Interno dos Campi (2011) e o Projeto Político Pedagógico - PPP (2012), além de observação de campo com consulta a sujeitos que compõem o colegiado do curso de Informática do referido campus.

O artigo está dividido em quatro seções. A seção um destinada à introdução, à seção dois destinada à análise dos documentos institucionais do IFRN relativos aos colegiados, à seção três que discute a prática do Conselho de Classe no campus Caicó do IFRN, à seção quatro que aponta as aproximações, os distanciamentos e as perspectivas entre o conselho e os documentos, e à seção cinco com as considerações finais, acrescido das referências consultadas para a escrita deste trabalho.

A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL DO CONSELHO DE CLASSE NO IFRN: o que dizem os documentos oficiais?

Como órgão colegiado, o conselho de classe consiste na oportunidade de o educador discutir, refletir e autoavaliar as práticas pedagógicas e avaliativas dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento favorecendo tomada de decisão coletiva a partir da participação da comunidade escolar (RICHTER, 2008).

Nesse espaço de diálogo, as mudanças necessárias para a melhoria dos processos de participação, ensino, aprendizagem e desenvolvimento se tornam favoráveis, uma vez que toda a comunidade escolar é convidada a participar da construção das melhorias educacionais preconizadas pela escola.

Considerando o caso do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, tem-se, como balizador para uma institucionalização dos órgãos colegiados, alguns documentos oficiais que dão conta de um grupo organizado de orientações que preconizam o funcionamento dos conselhos em suas particularidades.

Desse conjunto de documentos a concretização dos órgãos colegiados acontece mediante as normativas de dois documentos principais: O Estatuto e o Regimento Geral. Estes trazem a organização de colegiados específicos com a finalidade de desenvolver a gestão interna da instituição. Nesse sentido, o capítulo II do Regimento Geral indica, em seu Art. 4º, a divisão e a subdivisão dos colegiados existentes, os quais são divididos por dois níveis de estrutura da seguinte forma: na administração geral, encontram-se o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; e na administração de cada campus, estão o Conselho Escolar, o Colégio Gestor, o Colegiado de Diretoria Acadêmica, os Colegiados de Cursos Técnicos, os Colegiados de Cursos Superiores de Graduação, os Colegiados de Programas de Pós-Graduação e os Conselhos de Classes.

Já o Estatuto define a composição e as competências dos colegiados ligados à administração geral do IFRN, a exemplo do Conselho Escolar de caráter consultivo (parágrafo 4º, capítulo III do Estatuto), enquanto os Regimentos Internos de cada campi, enquanto normas complementares, normalizam o funcionamento destes, conforme descrito a seguir:

Art. 1º. O presente Regimento Interno é o conjunto de normas e disposições complementares ao Estatuto e parte integrante do Regimento Geral do IFRN, que disciplina a organização e o funcionamento dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Parágrafo único. Os Campi criados e com funcionamento autorizado pelo Conselho Superior, nos termos do Estatuto do IFRN, cada um com foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da respectiva cidade de instalação, são diretamente subordinados à Reitoria do IFRN. Art. 2º. Os Campi possuem a seguinte estrutura básica: I. Órgãos colegiados: a) Conselho Escolar; b) Colégio Gestor; c) Colegiado de Diretoria Acadêmica; d) Colegiado de Curso Técnico; e) Colegiado de Curso Superior de Graduação; f) Colegiado de Programa de Pós-Graduação; g) Conselho de Classe. II. Órgãos executivos (IFRN, 2010, p. 3).

Portanto, enquanto o Regimento Geral disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas do instituto, o Estatuto congrega a formulação mais específica dos colegiados e o Regimento interno dos campi normalizam as práticas de funcionamento para o IFRN.

A partir dos referidos documentos, tem-se que o funcionamento dos colegiados - em seus diversos tipos - acontece mediante encontros periódicos, obedecendo ao Art. 19 do Regimento Geral, que institui reuniões ordinárias conforme disposto no Regimento Interno. Estas devem ser acionadas por convocação do presidente com antecedência mínima de quinze dias; e extraordinárias quando devem ser convocados os membros com antecedência mínima de setenta e duas horas.

Para tanto, devem ser convocados pelo menos dois terços dos seus membros, já que o Art. 21 enfatiza que os órgãos deliberativos precisam de maioria absoluta dos membros para que a reunião possa acontecer (IFRN, 2010).

As reuniões dos colegiados são abertas a servidores, pais ou responsáveis e alunos desse Instituto, que devem solicitar participação à Presidência do colegiado com antecedência mínima de vinte e quatro horas e participarão na condição de ouvintes. De toda reunião de colegiado do IFRN são elaboradas atas, que, após aprovadas, são assinadas pelo presidente, pelos membros presentes e pelo secretário (IFRN, 2010).

Quanto ao Conselho de Classe na definição do Regimento Geral do IFRN, configura-se como um órgão colegiado em nível da estrutura administrativa de cada campus, como explicitado no § 3º do Art. 4º, capítulo II do Regimento que trata dos órgãos colegiados, tendo regimento único aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada campus. O referido conselho é constituído por Campus e por Diretoria Acadêmica, e constitui-se “como órgão de assessoramento ao Diretor Acadêmico em assuntos de natureza didático-pedagógica” (IFRN, 2010, p. 5), ou seja, diferente do Conselho Escolar que congrega funções deliberativas quanto a aspectos de natureza administrativa, de ensino, de pesquisa e de extensão, o Conselho de Classe se incumbe das matérias relativas aos processos de participação, ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos no contexto escolar.

Assim, compete ao conselho de classe a tarefa de diagnosticar e buscar alternativas de ação para a melhoria dos processos de participação, ensino, aprendizagem e desenvolvimento. Seu funcionamento acontece por meio de sessões correspondentes a cada curso com a participação de um membro da equipe técnico-pedagógica, da Diretoria acadêmica, que coordena a sessão; o coordenador do curso; um professor de cada disciplina ofertada no período letivo, dois representantes de alunos de cada turma e dois representantes de pais

(IFRN, 2010).

A prática de atuação colegiada no IFRN se respalda ainda no Regimento Interno dos Campi, aprovado pela Resolução nº 17 de 01/07/2011 do Conselho Superior - CONSUP/IFRN, que caracteriza o Conselho de Classe, no Art. 36 da seção VII, tendo “por finalidade colaborar para a melhoria dos processos ensino e aprendizagem através do diagnóstico e da busca de alternativas de ação, de acordo com a proposta defendida no Projeto Político-Pedagógico da Instituição” (IFRN, 2011, p. 12).

O Regimento Interno dos Campi também especifica, em seu Art. 39, a metodologia adotada e aplicada nas sessões do conselho, onde ocorre:

- I. Análise do rendimento acadêmico dos estudantes no bimestre por turma e por disciplina;
- II. Apresentação, pelos professores de cada turma, das dificuldades de aprendizagens dos alunos, das causas dessas dificuldades e das alternativas de solução;
- III. Apresentação, pelos alunos, das dificuldades de aprendizagem em cada série e por disciplina, das causas e das alternativas de solução.
- IV. Discussão das alternativas de solução apresentadas pelos alunos e pelos professores; e
- V. Encaminhamentos de propostas. (IFRN, 2011, P.13).

Dessa maneira, o referido documento aponta para a necessidade de reuniões bem articuladas a fim de atender a uma demanda específica dos alunos com dificuldades quanto aos aspectos de participação, ensino, aprendizagem e desenvolvimento, sendo estas mediadas pelo confronto participativo dos segmentos que compõem o colegiado, ou seja, os alunos, os pais, os professores, a Equipe Técnico-Pedagógica a gestão da escola.

Em suma, corroborando com os documentos institucionais anteriormente criados, a proposta trazida pelo Regimento Interno dos Campis, de acordo com o Art. 40, aponta para um conselho de classe capaz de avaliar os processos de ensino e aprendizagem e propor alternativas de caráter didático-pedagógico para a solução dos problemas encontrados após cada bimestre letivo, bem como fazer encaminhamentos de propostas buscando a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem (IFRN, 2011), em consonância com o discutido no Projeto Político Pedagógico da instituição, quando este documento traz a necessidade da estrutura organizacional operacionalizar a horizontalidade nas relações de poder, a fim de garantir o compartilhamento nas decisões a partir da legitimidade dos colegiados (IFRN, 2012).

A PERSPECTIVA MATERIAL DO CONSELHO DE CLASSE: o que dizem os sujeitos e as práticas no IFRN?

A prática dos conselhos de classe do Campus Caicó reflete uma compreensão diferente do estabelecido no Art. 5º do Regimento Geral, quando se organizam os conselhos de classe não por curso, mas por turma. Sendo assim, cada turma tem o seu conselho de classe separado.

De acordo com as entrevistas realizadas com os gestores, quando da pesquisa, esse fato se deve à particularidade de cada turma, o que proporciona uma melhor compreensão relativa aos problemas quanto a participação, ensino e aprendizagem que possam ocorrer nas turmas. Essa forma favoreceria, segundo a gestão acadêmica da escola, uma maior efetividade na ação dos conselhos para tomada de decisão.

Destaca-se que as reuniões do referido Conselho acontecem após as reuniões do pré-

conselho, realizadas em cada turma, com a opinião direta dos alunos, tendo a finalidade de elencar as principais dificuldades enfrentadas pelo ensino na instituição com vistas as discussões e propostas de solução na reunião do conselho que a estas se seguem.

Do objeto empírico desta pesquisa e após participação enquanto pesquisador das reuniões dos conselhos de classe do curso de informática do IFRN/Caicó, do segundo semestre de 2015, primeiro e segundo semestre de 2016 e segundo semestre de 2017, as notas tomadas no diário de campo/pesquisa culminaram em algumas observações.

Algumas fotos registradas quando da realização da pesquisa vislumbram a ação dos conselhos aqui apresentados e dão suporte para análises qualitativas mediadas pela vivência durante a pesquisa, conforme descrito a seguir.

Fig. 1 - Reunião do Conselho de Classe de Informática - 2016



Fonte: Autoria própria (2016).

A fotografia ilustra a reunião do conselho de classe de uma turma do 2º ano do curso de Informática, realizada no dia doze de julho de 2016. A reunião contou com a presença de todos os que fazem parte do colegiado: Diretor Acadêmico, representante da Equipe Técnico-pedagógica (ETEP), professores, alunos e pais.

Nesta reunião, diversos assuntos foram discutidos como: a diversidade da turma quanto à participação nas aulas, como também com a dispersão, na percepção/fala dos professores; a dificuldade de aprendizagem dos alunos devido à metodologia de alguns professores, na percepção/fala dos alunos; a dificuldade enfrentada por alguns alunos que estudavam na rede municipal ou estadual de ensino quanto a exigências acadêmicas do IFRN, na percepção/fala dos pais; e a dificuldade de interação entre algumas turmas do mesmo nível na percepção/fala da ETEP.

Fig. 2 - Reunião do Conselho de Classe de Informática - 2016



Fonte: Autoria própria (2016).

A fotografia 2 ilustra a reunião do conselho de classe de uma turma do 4º ano do curso de Informática, realizada no dia treze de julho de 2016. A reunião contou com a presença de todos os que fazem parte do colegiado: Diretor Acadêmico, representante da ETEP, professores, alunos e pais. Chama atenção a presença de apenas uma mãe, fato comum, segundo relato da ETEP, nas turmas do 4º ano, em face da independência e maior autonomia dos alunos, mas também reflete a baixa participação dos pais enquanto membros, em questões discutidas na análise de dados a seguir.

Essa baixa participação aparece na literatura, ligada a determinantes presentes na comunidade. Paro (2016) elenca que essa participação se assenta em três elementos: os condicionantes econômico-sociais, ou as reais condições de vida da população englobando tempo, condições materiais e disposição pessoal para participar; os condicionamentos culturais ou visão pessoal sobre a viabilidade e a possibilidade de participação que sejam movidas por uma visão de mundo e de educação escolar que lhes favoreçam vontade em participar; além dos condicionantes institucionais ou mecanismos coletivos dos quais a população pode dispor para sua ação participativa.

No caso analisado, diversas questões parecem explicar a baixa participação dos pais, tais como: maior independência dos filhos quando se trata de alunos do 4º ano; moradia em outras cidades, tendo em vista a escola agregar alunos de diversos municípios vizinhos; como também disponibilidade em participar, tendo em vista jornada de trabalho que os impede de comparecer às reuniões.

Essa análise parte de falas anotadas quando da realização da pesquisa, estando documentada no diário de campo/pesquisa do qual foi feito uso durante todo o processo de pesquisa, com anotações formais e informais que sustentam tal assertiva.

Neste conselho de classe, alguns assuntos foram pontuados e discutidos. Os professores trouxeram questões distintas: enquanto na disciplina de Língua Portuguesa a maturidade da turma aparece como relevante ao bom desempenho acadêmico dos alunos na escrita, na disciplina de Programação (parte específica do curso) os alunos apresentam baixo rendimento e dificuldade de realizar as aulas práticas; os alunos trouxeram discussões em torno da dificuldade de alguns colegas nas disciplinas específicas; o diretor acadêmico reforçou a importância de encaminhar os alunos que ficam fora das salas de aula para acompanhamento da ETEP, como também traz à discussão o fato de o IFRN ser uma escola técnica, sendo

necessário que os alunos se esforcem mais para aproveitar os conhecimentos oriundos das disciplinas técnicas de informática.

Das anotações realizadas, constatou-se que boa parte dos alunos têm dificuldades com as matérias da área específica e buscam maior atenção às disciplinas que são cobradas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que causa uma preocupação por parte de professores e gestão, já que alguns alunos concluem as disciplinas da formação propedêutica ficando em aberto disciplinas da formação técnica, o que os impossibilita de concluir o Ensino Médio.

A experiência dos conselhos de classe no IFRN/Caicó tem mostrado uma considerável participação dos professores, alunos e pais, além do diretor acadêmico e da Equipe Técnico-Pedagógica, figuras essenciais na mediação das reuniões. Nesse espaço de participação, pontos são debatidos e encaminhados para possíveis resoluções, a exemplo de questões relativas ao comportamento do aluno em sala de aula, à metodologia do professor, às dificuldades de aprendizagem do aluno, à relação aluno-professor, dentre outras relativas aos processos de participação, ensino e aprendizagem, típicos da configuração que permeia a ação dos conselhos de classe.

Os resultados dos encaminhamentos são trazidos nas reuniões seguintes como forma de aferir o alcance dos resultados propostos quando das decisões tomadas. Estas sempre são discutidas e debatidas coletivamente pelos participantes, oportunizando o feedback das ações propostas e efetivamente solucionadas ou que ainda precisam de mais discussão.

A relação de autonomia dos membros do referido colegiado tem sido percebida na medida em que conseguem expor suas ideias, opiniões, críticas e também quando são ouvidos. Tais falas são ponderadas pela contradição e pelo consenso, bem como mediadas pelo diretor acadêmico, que as coloca em votação após análise minuciosa de cada ponto trazido ao conselho.

No IFRN/Caicó, as reuniões acontecem mediante um calendário específico e com cumprimento rigoroso. Conforme relatos da gestão, estas reuniões são organizadas, preferencialmente, de terça a quinta-feira para oportunizar a presença do maior número de professores, considerando que boa parte mora em outras cidades e estão no Campus o dia todo nesses dias.

Portanto, a experiência vivida nos conselhos de classe do curso de Informática do IFRN/Caicó tem trazido para a realidade da instituição um movimento de participação dos sujeitos, sendo que esta acontece em níveis e graus distintos, tendo por base as condições objetivas que favorecem tal participação da comunidade escolar nas decisões colegiadas. Essa vivacidade dos conselhos de classe do IFRN/Caicó se mostra no envolvimento da comunidade escolar, perceptível nas reuniões. Se por um lado a pesquisa instrumental realizada por meio de entrevistas, questionários, observação nas reuniões e até pelo registro de fotos mostra baixa participação de alguns segmentos, a exemplo dos pais; outras reuniões vivenciadas durante a pesquisa contaram com um expressivo número de participantes, entre alunos, pais, professores e gestão.

APROXIMAÇÕES, DIFERENÇAS E NOVAS PERSPECTIVAS

Buscando respostas para as aproximações e distanciamentos entre as normativas institucionais trazidas nos documentos oficiais comparadas à prática desenhada no cotidiano dos conselhos de classe no IFRN campus Caicó, além de novas perspectivas da ação colegiada, tomou-se como base, além das observações feitas e anotadas em “diário de bordo” durante as reuniões, entrevistas com os sujeitos partícipes, aqui representados pela gestão escolar e pelos

professores, por terem maior vivência com os documentos oficiais da instituição.

Para este artigo foi utilizado uma questão geral direcionada a equipe gestora (grupo formado pela Direção Geral, Direção Acadêmica e Equipe Técnico-Pedagógica - ETEP, totalizando cinco sujeitos) como também aos professores (grupo formado por três professores de áreas específicas e três professores de áreas gerais, totalizando seis sujeitos).

A questão norteadora para a fala dos sujeitos tinha como ponto de partida a seguinte indagação: Considerando o prescrito nos documentos institucionais do IFRN (Estatuto, Regimento Geral, Regimento Interno dos Campi, PPP) sobre o formato de Conselho de Classe adotado no IFRN campus Caicó, na sua percepção, quais as aproximações e distanciamentos encontrados?

As respostas, em sua maioria, apresentaram percepções positivas quanto ao entendimento das proposições que colocam de lado a descrição feita nos documentos oficiais aos parâmetros utilizados na prática dos conselhos de classe no IFRN Campus Caicó. Das respostas trazidas pelos entrevistados destacam-se:

A gente tenta se aproximar ao máximo do que está colocado os documentos. Por exemplo, **nós temos em todas as turmas a representação dos alunos que foram eleitos por eles, nós temos representações dos pais conforme indicado nos documentos que nos embasa e dos professores. Também os representantes da coordenação e a diretoria acadêmica.** Isso é o que a gente se aproxima, e o distanciamento acontece porque **lá nos documentos ainda falam que as reuniões poderiam ser feitas por curso, só que nós já, ao longo desses anos, acreditamos que realizar os conselhos por turma seja mais eficiente porque ele vai tratar especificamente dos problemas da turma** (Gestor 2, 2017, grifo do autor).

Entre os documentos e a prática na realidade do campus Caicó eu percebo que **vai além do que está prescrito nos documentos**, porque os documentos, inclusive no regimento interno, ele anuncia que os conselhos devem ser por cursos e que deve ter um professor representante de cada disciplina [...] então seria um conselho por curso [...] onde todos juntos se faria um grande conselho. **Aqui no campus a gente usa outra interpretação e fazemos por turma.** Então o curso tem 4 turmas e é feito o conselho de cada um separado. Eu acredito que assim acontece de forma bem democrática e a gente consegue ouvir melhor o que os professores, os alunos, os pais, a ETEP e a gestão têm a dizer [...] então a gente vai além do que os documentos dizem e a gestão apoia muito esse aspecto (Gestor 3, 2017, grifo do autor).

Eu observo aqui no IFRN a busca pra que realmente haja uma coerência entre os documentos até porque os documentos foram construídos coletivamente, democraticamente diante de discussões de fóruns onde todos os servidores e a comunidade acadêmica puderam se envolver e participar da elaboração desses documentos, dessa discussão e cabe a todos agora colocar em prática, materializar esses documentos e nos conselho de classe **a gente percebe que realmente os documentos se materializam em relação aos conselhos de classe quando toda comunidade participa desses conselhos** e também desses colegiados até porque todos esses colegiados e conselho de classe eles são compostos e são elaborados e organizados a partir dos documentos. Por isso que **eu não vejo distanciamento, eu vejo a aproximação** (Gestor 4, 2017, grifo do autor).

Na análise das respostas acima transcritas, percebe-se que a maioria dos sujeitos respondentes afirma observar aproximações, mas também distanciamentos entre o prescrito nos documentos oficiais e a prática dos conselhos de classe no Campus Caicó. Aproximam-se quando dizem que os conselhos seguem a normativa institucional que prevê a participação de todos os segmentos da escola, e distanciam-se quando informam que o Campus Caicó desenvolve as reuniões dos conselhos divididas por turmas para, assim, oportunizar que os problemas referentes àquela determinada turma sejam melhor compreendidos, debatidos e deliberados, e não por curso, como preconiza o Regimento Geral, de 29 de outubro de 2010, no Art. 14º (IFRN, 2010).

Cabe salientar que, enquanto os gestores 2 e 3 percebem os distanciamentos, o gestor 4 entende a aproximação aos documentos oficiais como maior característica dos conselhos de classe do Campus Caicó, exatamente por perceber, na construção coletiva dos conselhos, um foco da atuação e efetivação da prática colegiada na instituição.

Esse distanciamento citado pelos entrevistados traz à luz a compreensão de que, quando os conselhos de classe do IFRN/Caicó se distanciam, na verdade, estão ampliando sua margem compreensiva em torno da formulação dos conselhos de classe exatamente por se distanciarem da normativa quanto à realização das reuniões, que, neste caso, são realizadas por turma, como foi explicado em parágrafo anterior.

Quanto aos docentes, a análise das falas nos leva a entender que o reconhecimento dos documentos oficiais que tratam os colegiados no IFRN não engloba todos os entrevistados. Dos 6 (seis) sujeitos, 2 (dois) afirmaram não ter conhecimento dos documentos oficiais quanto à questão do funcionamento dos conselhos de classe, conforme transcrito a seguir:

Não consigo relacionar (Docente 3, 2017).

Não sei responder devido à falta de um maior conhecimento dos documentos supracitados (Docente 4, 2017).

Porém, 4 (quatro) docentes demonstraram ter algum conhecimento de tais documentos, fazendo uma relação com a prática dos conselhos do Campus Caicó, conforme exemplificações a seguir:

Nas questões mais imediatas no tocante a resolução de problemas, do cotidiano escolar, considero, que o conselho é muito necessário e tem cumprido o que se propõe. Se funciona conforme os documentos, acredito que sim, mas não posso assegurar sem um exame destes (Docente 5, 2017).

A aproximação se vê na busca por construção coletiva da autonomia do discente e docente nos processos de ensino e aprendizagem (Docente 6, 2017).

Nesse contexto, entende-se que entre a ação prática dos docentes junto aos conselhos de classe do campus Caicó e a ação de reconhecimento dos documentos que norteiam a prática colegiada, faz-se necessário um estudo teórico desses instrumentos visando a um estreitamento entre o conhecimento formal (prescrito nos documentos oficiais) e o conhecimento prático.

À luz da teoria, esse conhecimento deve acontecer em função da importância de instrumentalizar com subsídios teóricos os membros do conselho e despertar para a reflexão da necessidade e relevância da qualificação dos que compõem o colegiado para a atuação prática dos

sujeitos (PINTO, BARRETO E SANTIAGO, 2013).

De forma geral ao considerar o Artigo 39 do Regimento Geral dos Campi, percebe-se uma aproximação entre a institucionalização do documento que norteia o funcionamento interno dos campi, com a prática realizada nos conselhos de classe do IFRN/Caicó, quando se tem como orientação metodológica para as reuniões a realização dos conselhos por turma e por disciplina, conforme indica o inciso I, e conforme a prática adotada, segundo o gestor 1 entrevistado quando o mesmo diz que “na medida do possível a gente chega muito próximo do que está prescrito nos documentos que orientam” (PARO, 2016), como também se percebe um distanciamento quando se tem como prática efetiva no campus os momentos do pré-conselho, elemento não discutido nos documentos institucionais até o momento da realização da pesquisa.

Para além das indicações que mostram os pontos e contrapontos da ação colegiada do Conselho de Classe no IFRN campus Caicó, novas perspectivas despontam, tendo como fio condutor as novas práticas demandas pela sociedade digital, trazendo a possibilidade de ações do pré-conselho também direcionada a escuta dos docentes, pais e alunos por meio de formulários eletrônicos criados no “google docs” a fim de dinamizar a coleta de informações, e, conseqüentemente, a sistematização de pautas colegiadas mais objetivas, conforme relatou o gestor 3 ao discutir sobre as novas possibilidades de distanciamento entre os documentos institucionais a prática realizada no campus Caicó do IFRN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como premissa construir um entendimento entre os conceitos organizacionais preconizados nos documentos oficiais do IFRN quanto à organização e o funcionamento dos Conselhos de Classe e a perspectiva materializada na prática do campus Caicó, têm-se como apontamentos algumas questões que se não conclusivas, são detentoras de considerável potencial acadêmico tendo em vista os dados colhidos na pesquisa empírica e a reflexão construída a partir das análises.

Quando feitas comparações entre o que está institucionalizado nos documentos oficiais, as referências utilizadas e os resultados da pesquisa de campo, é possível inferir resultados que, se por um lado distancia a teoria da prática, por outro, e em maior grau, aproxima-os.

Dessas observações e constatações, as aproximações se destacam pela seriedade na qual é tratada a questão dos conselhos de classe do IFRN/Caicó, como também a busca por um constante aperfeiçoamento das reuniões que são sempre pautadas na legislação que rege a instituição e segue os ditames regimentais com a manutenção de uma agenda anual para as reuniões com retomada dos pontos discutidos em reunião anterior na perspectiva da continuidade das ações em torno dos processos de ensino e aprendizagem. Nesse espaço, percebe-se o relativo compromisso dos que fazem o referido colegiado quanto às discussões, encaminhamento e ações propiciados pela participação colegiada.

Os distanciamentos estão mais concentrados na forma como a realização dos conselhos é interpretada naquele espaço, uma vez que são realizados individualmente por turma, oportunizando o maior aproveitamento das questões trazidas à discussão e que necessitam de uma decisão mais acertada.

Também se torna visível que a busca pela resolução de conflitos inerentes ao processo de participação, ensino, de aprendizagem e de desenvolvimento proporciona certa autonomia na medida em que é trabalhada a participação constante dos sujeitos mediada pela discussão e pelos encaminhamentos emanados dos conselhos de classe.

Desse conjunto de percepções, a participação da gestão, da ETEP, dos docentes e dos

alunos e dos pais aparece como importante mecanismo de promoção dos objetivos dos conselhos de classe.

Os resultados apontam para a práxis de um conselho de classe dinâmico e esclarecido no IFRN Caicó. Essa constatação se baseia em observações sobre a agenda de reuniões com retomada de pontos discutidos em reunião anterior, na perspectiva da continuidade das ações dialogadas e encaminhadas, na efetividade de ciclos de reunião de conselhos por turma permitindo o sólido movimento de aproximação de seus integrantes, e não por curso, como preconizam os regimentos enquanto orientação dos documentos que distanciam os integrantes da comunidade escolar dos espaços de formação política e pedagógica necessários para a compreensão sobre participação, ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Portanto, a análise feita aponta para uma vivência experiencial no IFRN Caicó que traz elementos que, por mais que se distanciem em alguns pontos do regimentado nos documentos oficiais, não perde de vista os elementos essenciais que configuram a ideia concebida institucionalmente e que mantém presentes as ações em torno da centralidade dos processos de participação, ensino, de aprendizagem e de desenvolvimento humano na escola, objeto de incumbência dos conselhos de classe e de importância estruturante para o contexto escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1 e 2 graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

DALBEN, A. I. L. de F. Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas: Papyrus, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Geral - Aprovado pela Resolução nº 15/2010 - CONSUP/IFRN, de 29/10/2010 - Natal/RN. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Estatuto. Natal/RN, 31/08/2009. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE N. Regimento Interno dos Campi - Aprovado pela Resolução nº 17/2011 - CONSUP/IFRN, de 01/07/2011 - Natal/RN. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Plano Político-pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Aprovado pela Resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012 - Natal/RN. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta).

LÜCK, H. A gestão participativa na escola. 11^a ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PARO, V. H. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PINTO, A. M. S; BARRETO, K. M. F; SANTIAGO, L. B. de M. Conselhos escolares na perspectiva da qualificação do colegiado: conteúdos estratégicos. In: VASCONCELOS, F. H. L. et al. (org.). Conselho escolar: processos, mobilização, formação e tecnologia. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

RICHTER, C. da S. Conselho de classe: um momento de reflexão das práticas avaliativas. Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ROCHA, A. D. C. da. Conselho de classe: burocratização ou participação? Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. (Coleção Educação Prática).

SANTOS, B. de S. Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Submetido em: dezembro de 2019

Aprovado em: março de 2020